



COEB 2018

VII CONGRESSO DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Docência na sociedade multitelas

Dias 05 e 06 de fevereiro

Realização



**Comunicação Oral de Pesquisa
Eixo Política e Gestão**

**O QUE SIGNIFICA MAIS TEMPO NA ESCOLA? SOBRE
AS POLÍTICAS DE JORNADA EM TEMPO INTEGRAL
NOS MICROCONTEXTOS DAS REDES MUNICIPAIS DE
ENSINO.**

Prof. Me. Vânio Cesar Seemann (SME/UDESC)

vanio1971@yahoo.com.br

Apresentador

Profa. Dra. Geovana Mendonça Lunardi Mendes (UDESC)

geolunardi@gmail.com

A EMERGÊNCIA DA TEMÁTICA



TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

- Atuação como gestor municipal de Educação em diferentes contextos, formador de professores e coordenador do Programa de Educação Integral em Florianópolis.



POLÍTICAS EDUCACIONAIS

- A relevância da jornada em tempo integral na política educacional brasileira.



EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E TECNOLOGIA

- Os novos contextos da educação escolar.

PROBLEMÁTICA

Como a política da jornada em tempo integral no Ensino Fundamental vem sendo desenvolvida no contexto da prática e que problematizações são possíveis perceber na relação com os pressupostos e políticas da educação integral?

OBJETIVO GERAL

- Investigar no contexto da prática, como as redes municipais de ensino vêm promovendo a jornada em tempo integral para os estudantes do ensino fundamental a partir da política nacional de educação integral.

Realização:



OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Mapear as redes municipais de ensino catarinenses que oferecem a jornada em tempo integral no ensino fundamental;
2. Analisar como a organização dos tempos e espaços educativos vem sendo desenvolvida para a oferta da jornada em tempo integral;
3. Identificar as formas de financiamento da política de jornada em tempo integral;
4. Identificar nas propostas de jornada em tempo integral nas redes municipais de ensino pesquisadas quem são os estudantes atendidos e quem são os atores envolvidos na sua execução.




METODOLOGIA

Estudo de caso (YIN, 2001) sobre a política de jornada em tempo integral em três redes municipais de ensino catarinenses.

Realização:



PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

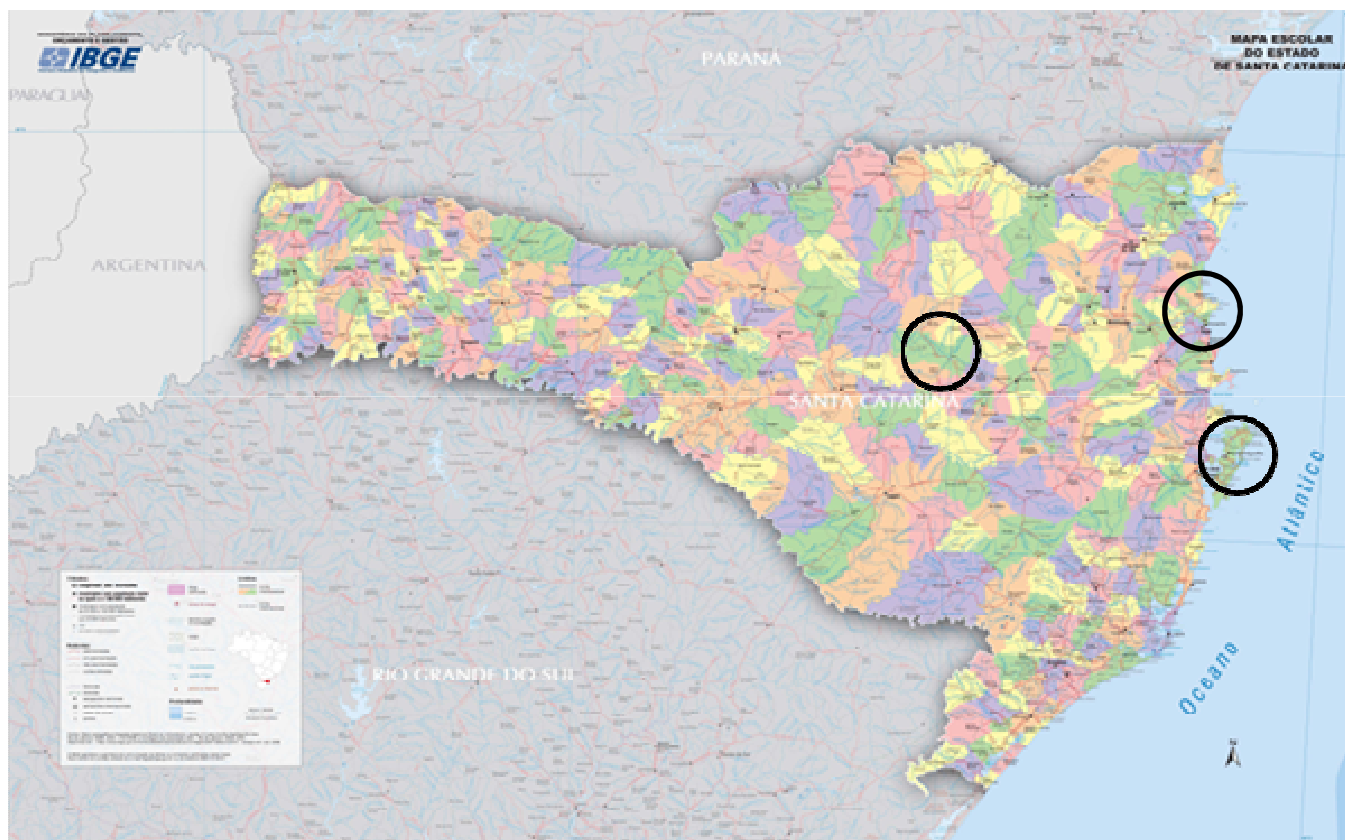
- **Pesquisa bibliográfica e documental** (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009)
 - **Mapeamento e análise:**
 - Estado da arte (ROMANOWSKY e ENS, 2006)
 - De campo 
 - Documentos políticos nacionais e locais 
- **Realização e análise das entrevistas** semiestruturadas com os gestores locais da política de jornada em tempo integral 

CAMPO DE PESQUISA

As redes municipais de ensino de:

- **Florianópolis:** com 21,79% dos estudantes atendidos em jornada de tempo integral;
- **Itajaí:** com 16,54% dos estudantes atendidos em jornada integral; e
- **Rio do Sul:** com 30,53% dos estudantes atendidos.

Figura 3 – Localização dos municípios pesquisados no território catarinense



Fonte: Mapa extraído do IBGE. Disponível em: <idades.ibge.gov.br>. Acesso em: 05 mar. 2016. Grifos do autor.

OS SUJEITOS DA PESQUISA

Gestores	Rede Municipal de ensino de Florianópolis	Rede Municipal de ensino de Itajaí	Rede Municipal de ensino de Rio do Sul
Gênero	Feminino	Masculino	Feminino
Idade	51 anos	50 anos	38 anos
Tempo de exercício no magistério	24 anos	25 anos	15 anos
Formação acadêmica	Graduação e especialização	Graduação e especialização (3)	Graduação, especialização e mestrado
Cargo ocupado	Gerente de Educação Complementar	Diretor de Educação Integral e Ações Educativas	Diretora do Departamento das Escolas Modelo de Tempo Integral
Tempo no cargo	15 anos	5 anos	3 anos
Atribuições	Gerir a política de educação integral	Gerir a política de educação integral e outros programas e projetos	Gerir a política de educação integral
Como chegou ao cargo	Indicação técnica	Indicação técnica	Indicação técnica

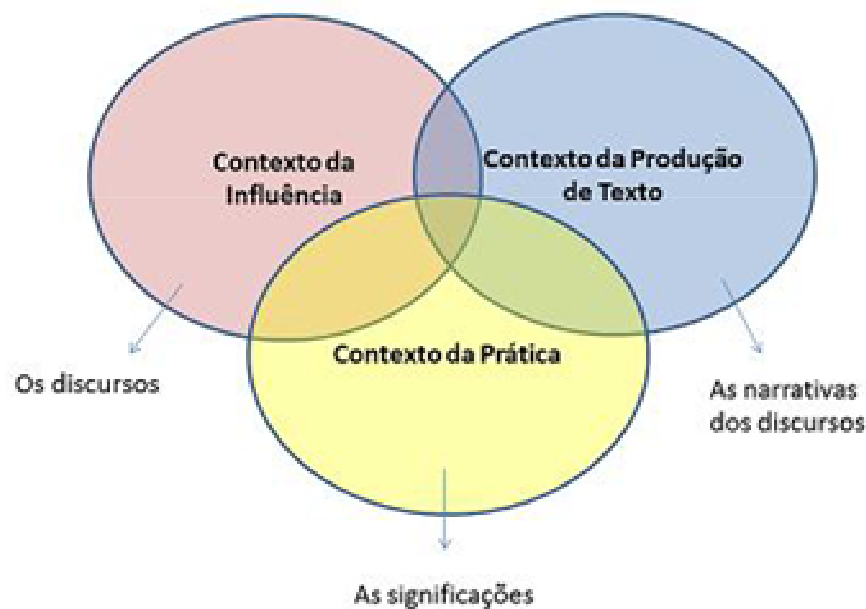
O CICLO DE POLÍTICAS:

MÉTODO DE PESQUISA NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

- As políticas não são estáticas, lineares e ordenadas, mas pelo contrário, instáveis, cambiantes, opacas e contestáveis guardando íntima relação com as práticas sociais em curso e os interesses e disputas que se estabelecem – jogo político (BALL, 2009);
- Rejeita a ideia de implementação e busca transcender as abordagens “estadocêntricas”;
- Reformulação da proposta inicial: *contexto de influência*, *contexto da produção de texto* e *contexto da prática* (BOWE; BALL, 1992);
- Incorporação do *contexto dos resultados/efeitos* e do *contexto da estratégia política* (BALL, 1994);
- Tradução de políticas: aceitação e resistência; microcontextos e macrocontextos; (re) interpretações.

O CICLO DE POLÍTICAS: MÉTODO DE PESQUISA NAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Figura 1 - Abordagem do Ciclo de Políticas

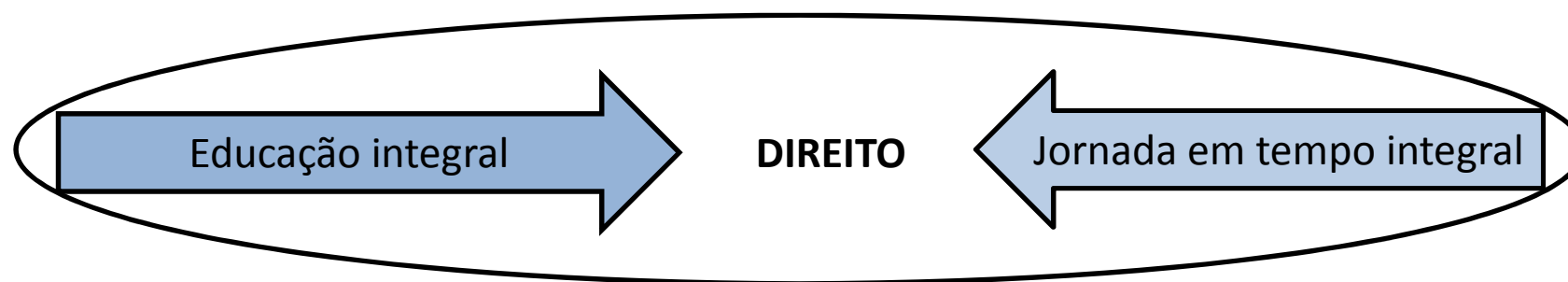


Fonte: Marília Segabinazzi (2015)

LENTES DE ANÁLISE

- Reforma educacional (MORGADO et al., 2015; THIESEN, 2015);
- Atores políticos, econômicos e financeiros globais – OCDE, BM, BID, UNESCO, UNICEF e PNUD (SHIROMA, CAMPOS e GARCIA, 2005; BALL, 2014; PEREIRA 2010, 2015; MELLO, 2015; PRONKO, 2015; VILAS, 2015);
- “Pobretologia” (KAY, 2006 apud PEREIRA, 2010);
- “Governança: Estado descentralizador-centralizante, cultura de resultados, performatividade, gerencialismo, liderança e a mercantilização da educação (BALL, 2011 e 2014; VILAS, 2015”; PEREIRA 2010, 2015).

LENTE DE ANÁLISE



- Educação integral como ideal político – da antiguidade aos nossos dias (DEWEY, 1959; BAKUNIN, 1979; GALLO, 1995; MARX, 1996; MANACORDA, 1996; ALVES, 2001 e 2005; JAEGER, 2001; GADOTTI, 2009; CAVALIERE, 2002, 2007 e 2009);

LENTE DE ANÁLISE

Educação integral e a jornada em tempo integral



Tendências

1. Estatuto da escola em jornada em tempo integral (LDB, PNE - 2014/2024);
2. Desenvolvimento integral dos estudantes considerando os percursos geracionais (DCN - 2010);
3. Integração dos conhecimentos escolares e saberes comunitários (MOLL, 2012, ARROYO, 2012);
4. Articulação da escolarização com espaços comunitários (PME, 2007).

LENTE DE ANÁLISE

- O **currículo** é “[...] una síntesis de una proposta cultural, formulada em términos educativos, sobre cómo y quién define la autoridad cultural em uma sociedade dada” (DUSSEL, 2014”, p. 4);
- A **escola** é um dos principais mecanismos pelos quais são transmitidos o saber, o saber-fazer e saber-ser, que, em cada conjuntura política e econômica, se estima necessários à sua preservação (VALLE, 2010), mas que ao operar sobre o princípio da igualdade e do mérito, legitima desigualdades (VALLE, 2013);
- **Tempos-espacos** de um justo e digno viver (ARROYO, 2012) que considera a pluralidade cultural e as identidades (MOREIRA, 2011);
- **Escolarização**: novo modelo escolar, transmitir a herança cultural numa perspectiva dialógica e promover a formação cidadã (MARTIN-BARBERO, 2014; FANFANI, 2015; MOREIRA, 2011);

LENTE DE ANÁLISE

- **Conhecimento:** compreensão da realidade - de si, do outro e do mundo (SACRISTÀN, 1996, VALLE, 2010, 2013; ARROYO, 2012; LOPES, 2006; MARTIN-BARBERO, 2014; FANFANI, 2015;

POLÍTICA DE JORNADA EM TEMPO INTEGRAL FORMAS DE ATENDIMENTO

Realização



POLÍTICA NACIONAL DE JORNADA EM TEMPO INTEGRAL

FORMAS DE ORGANIZAÇÃO

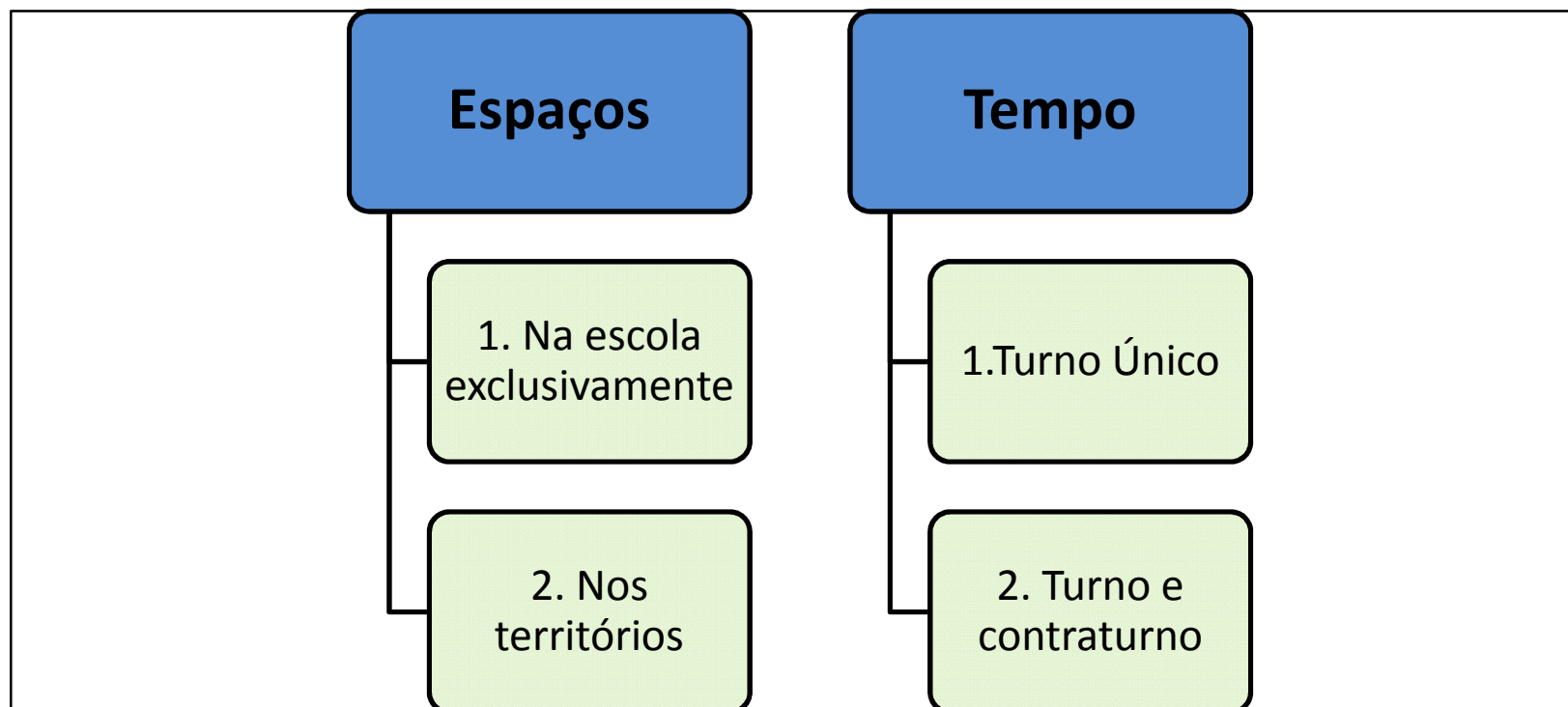
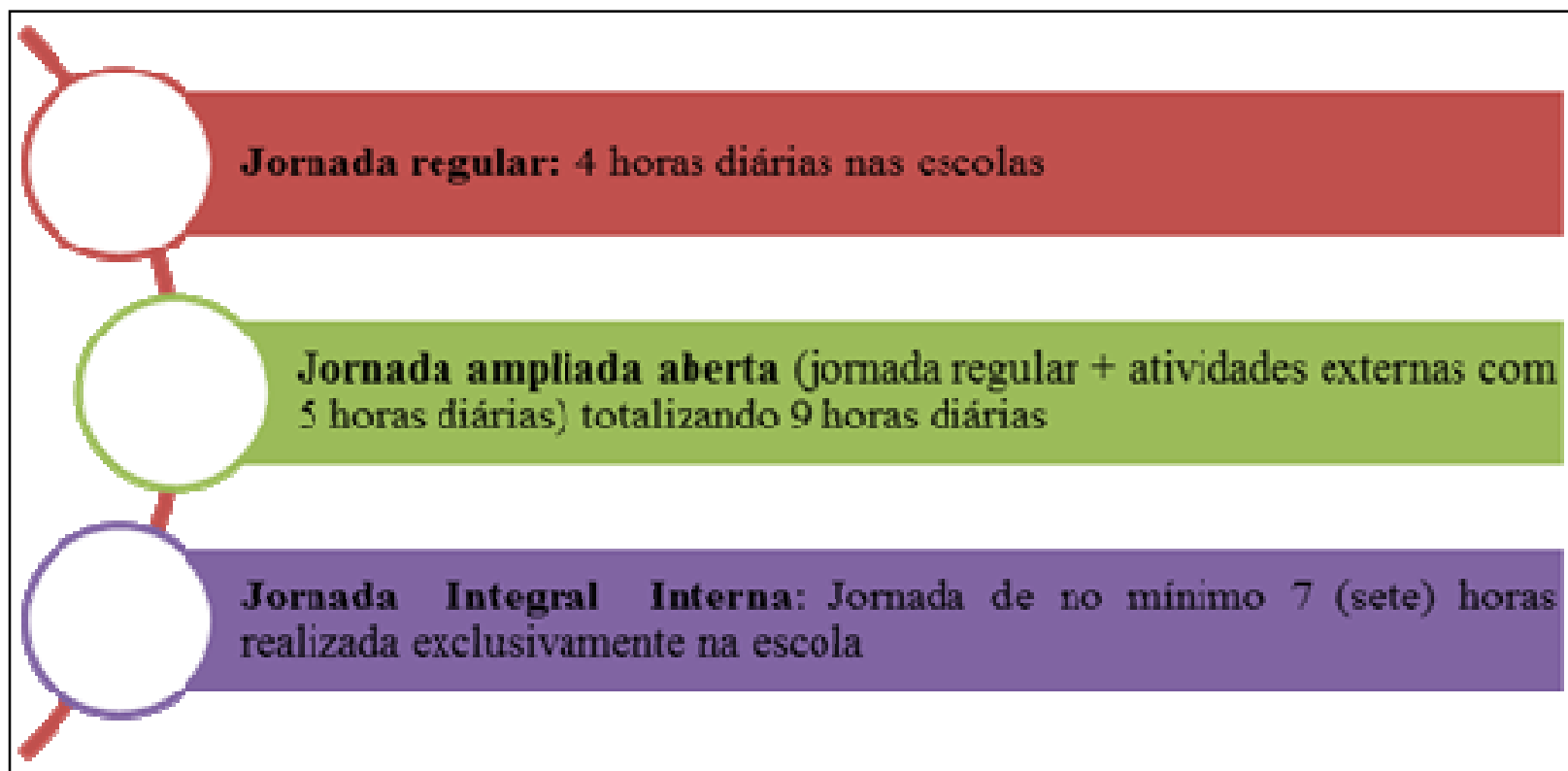
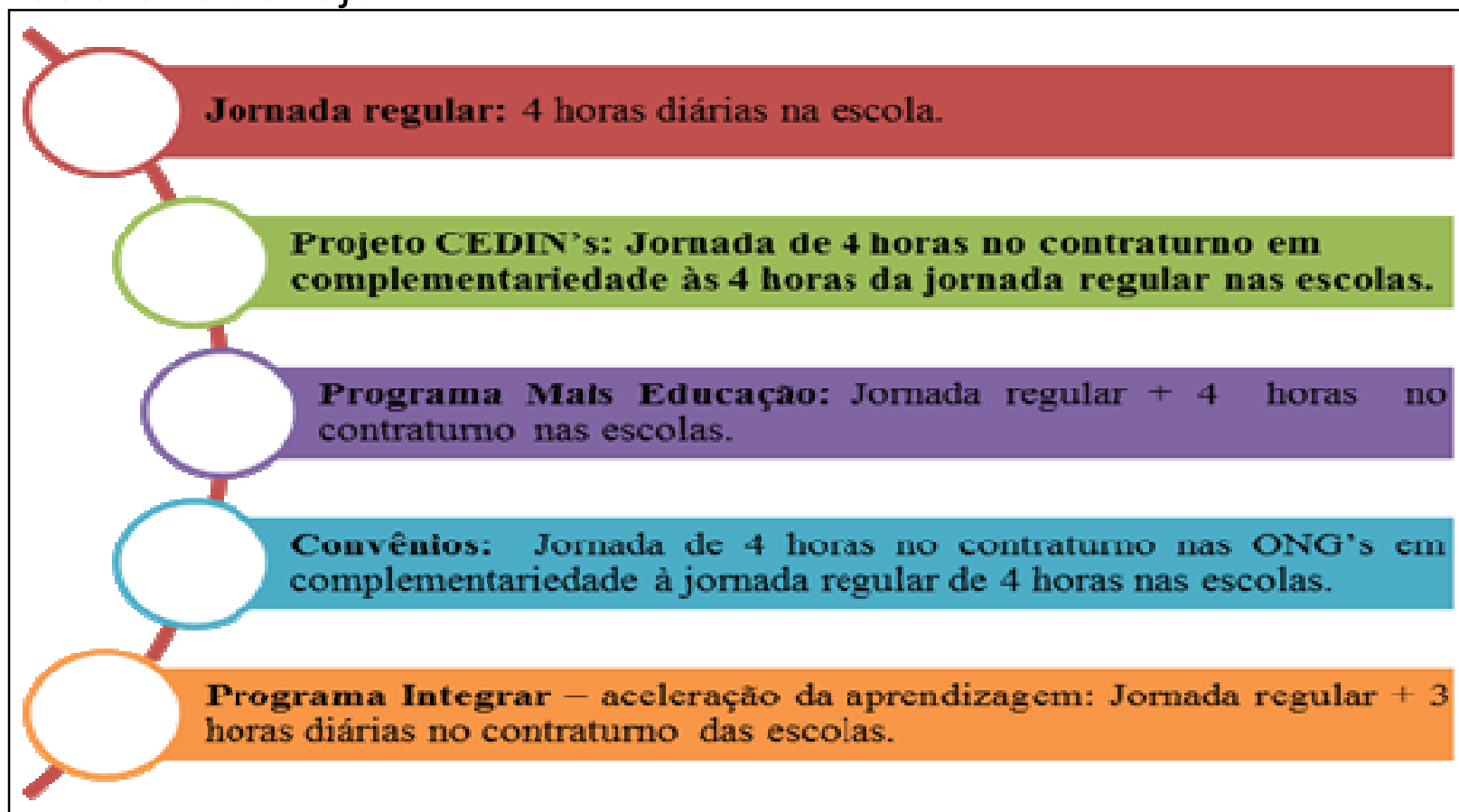


Figura 5 – Formas de oferecimento da jornada escolar na rede municipal de ensino de Florianópolis



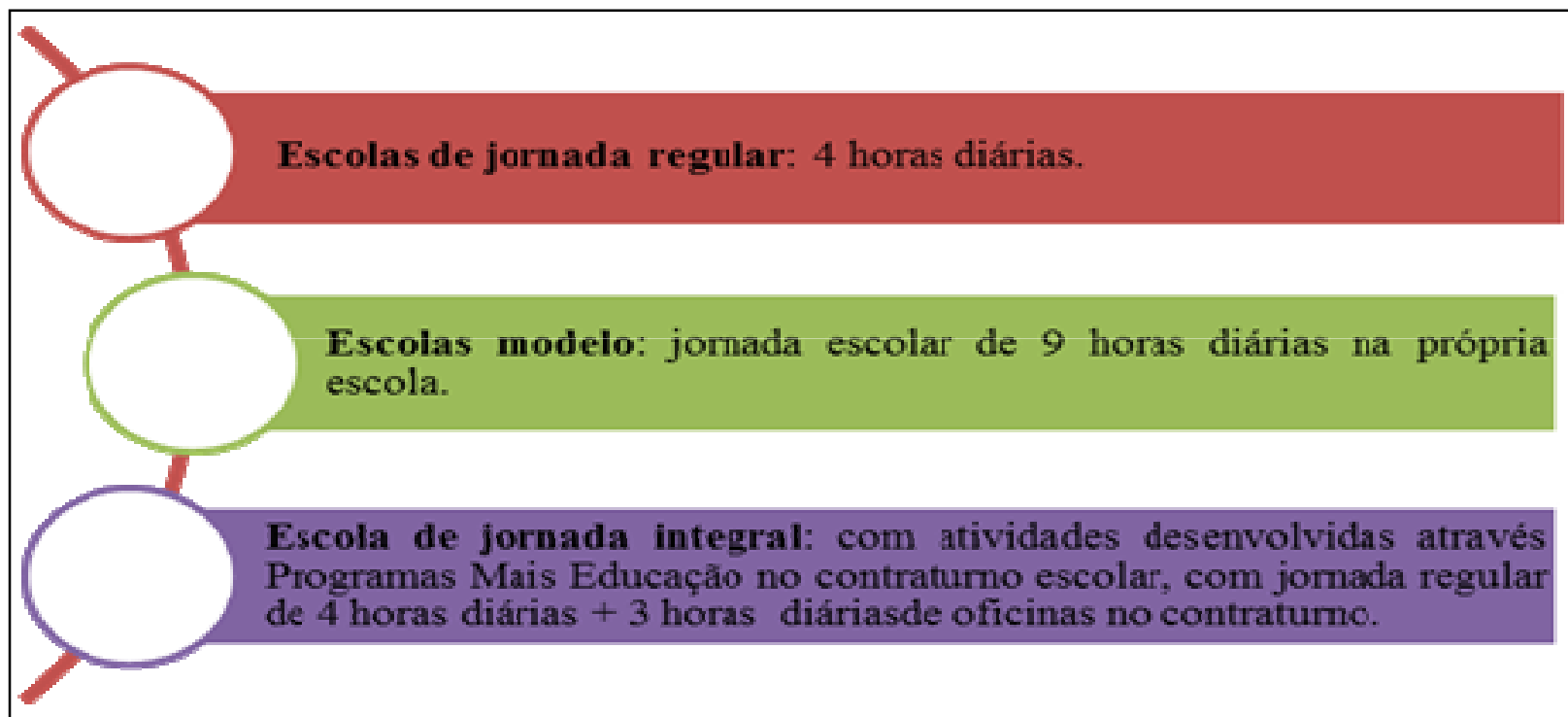
Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Plano Municipal de Educação de Florianópolis (2015)

Figura 6 - Formas de oferecimento da jornada escolar na rede municipal de ensino de Itajaí



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos documentos políticos da SMEI (ITAJAÍ, 2015 e 2016).

Figura 7 - Formas de oferecimento da jornada escolar na rede municipal de ensino de Rio do Sul



Fonte: Elaborado pelo autor a partir dos documentos políticos da SMERS (2014 e 2015)

CONSTATAÇÕES

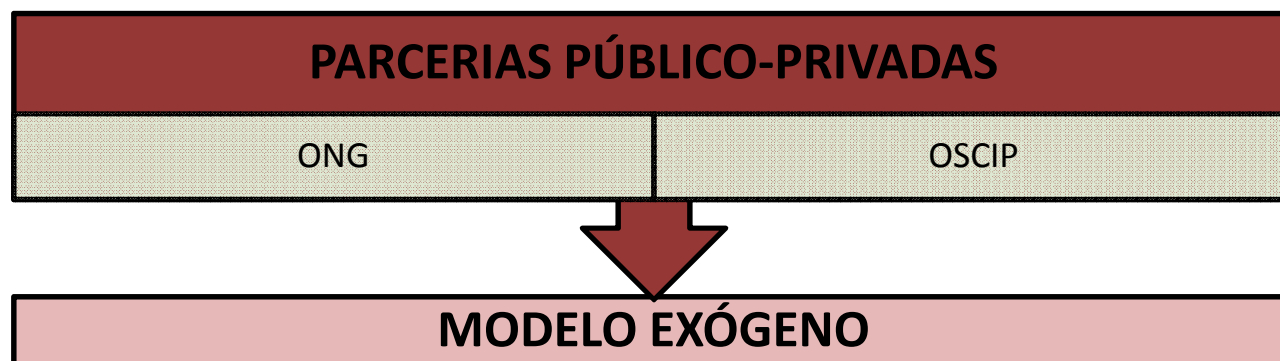
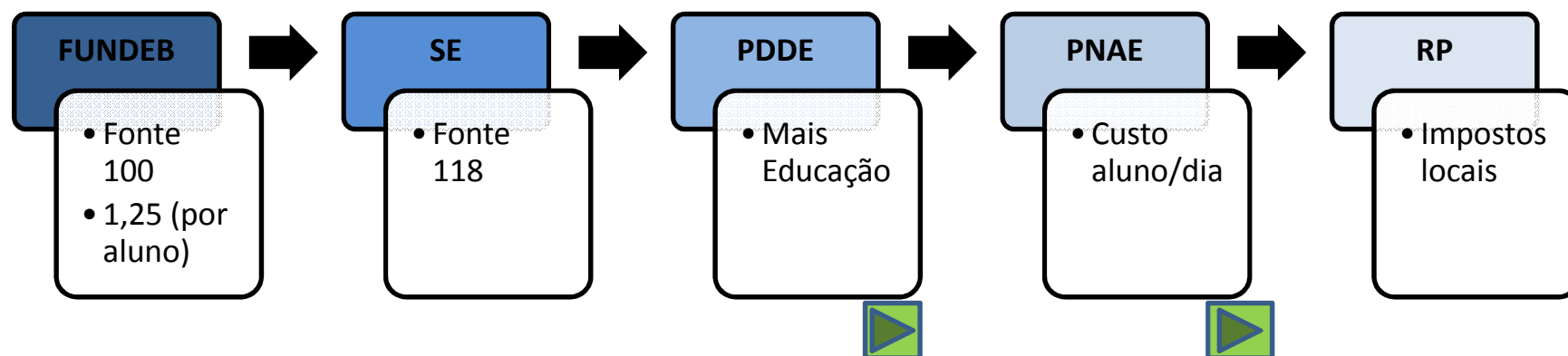
- A jornada de tempo integral está relacionada ao desenvolvimento de uma proposta de educação integral:
 - Desenvolver as múltiplas dimensões humanas (pensamento e linguagem);
 - Considerar os percursos geracionais;
 - A pesquisa como princípio educativo;
 - Formação cidadã e emancipatória;
 - Direito à educação – aprendizagens.
- Promover a aproximação das escola com as comunidades na gestão político-pedagógica;
- Propor um currículo intercultural que articule os conhecimentos escolares e os saberes comunitários.

POLÍTICA DE JORNADA EM TEMPO INTEGRAL FINANCIAMENTO

Realização



FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DA JORNADA EM TEMPO INTEGRAL



POLÍTICA DE JORNADA EM TEMPO INTEGRAL

ATORES ATENDIDOS

Realização



ESTUDANTES ATENDIDOS NA JORNADA EM TEMPO INTEGRAL

Crítérios	Política Nacional	RMEF	RMEI	RMERS
Faixa etária	6-14 anos	6-15 anos	6-15 anos	6-15 anos
Condição social	Pobres Vulneráveis	Pobres Vulneráveis Sem critério	Pobres Vulneráveis Sem critério	Pobres Vulneráveis Sem critério
Rendimento Escolar	Baixo	Baixo Sem critério	Baixo Sem critério	Baixo Sem critério
Interesse em participar	Sim	Sim	Sim	Sim Não
Origem dos estudantes	Sem referência	Municipal Estadual Privada	Municipal	Municipal
Localização das escolas	Urbana Rural	Urbana Rural	Urbana	Urbana Rural

CONSTATAÇÕES

- Política não universalizadora;
- “Terceira geração da escolarização” (BOTO, 2005);
- “Política redistributiva” (BALL, 2009; FRASER, 1997);
- “Política compensatória” (FANFANI, 2015; SHIROMA e EVANGELISTA, 2005);
- Ênfase na governança do sistema educacional (BALL, 2001, 2009, 2014).

POLÍTICA DE JORNADA EM TEMPO INTEGRAL ATORES QUE EXECUTAM

Realização



A POLÍTICA NACIONAL DA JORNADA EM TEMPO INTEGRAL

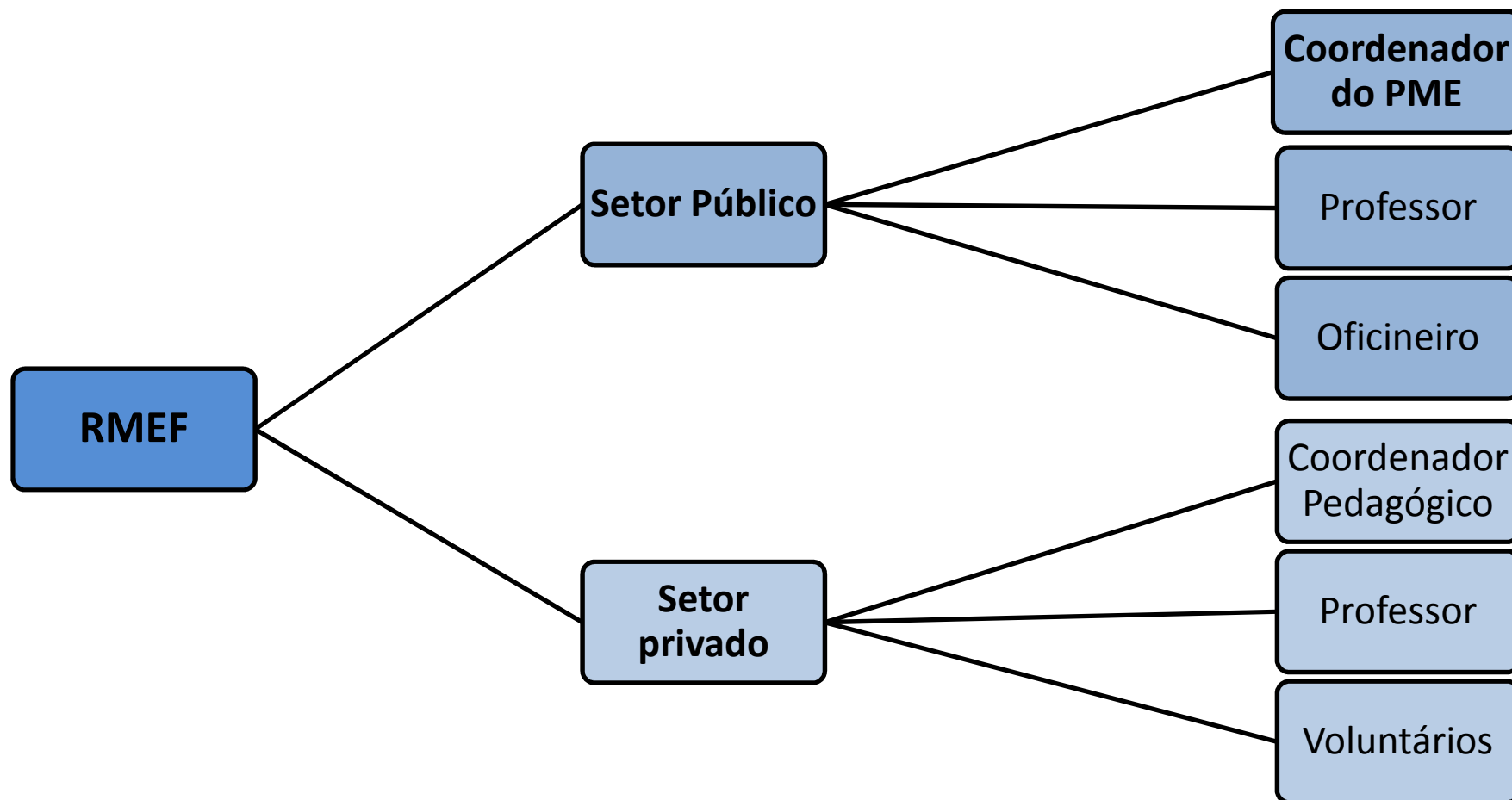
ATORES QUE EXECUTAM

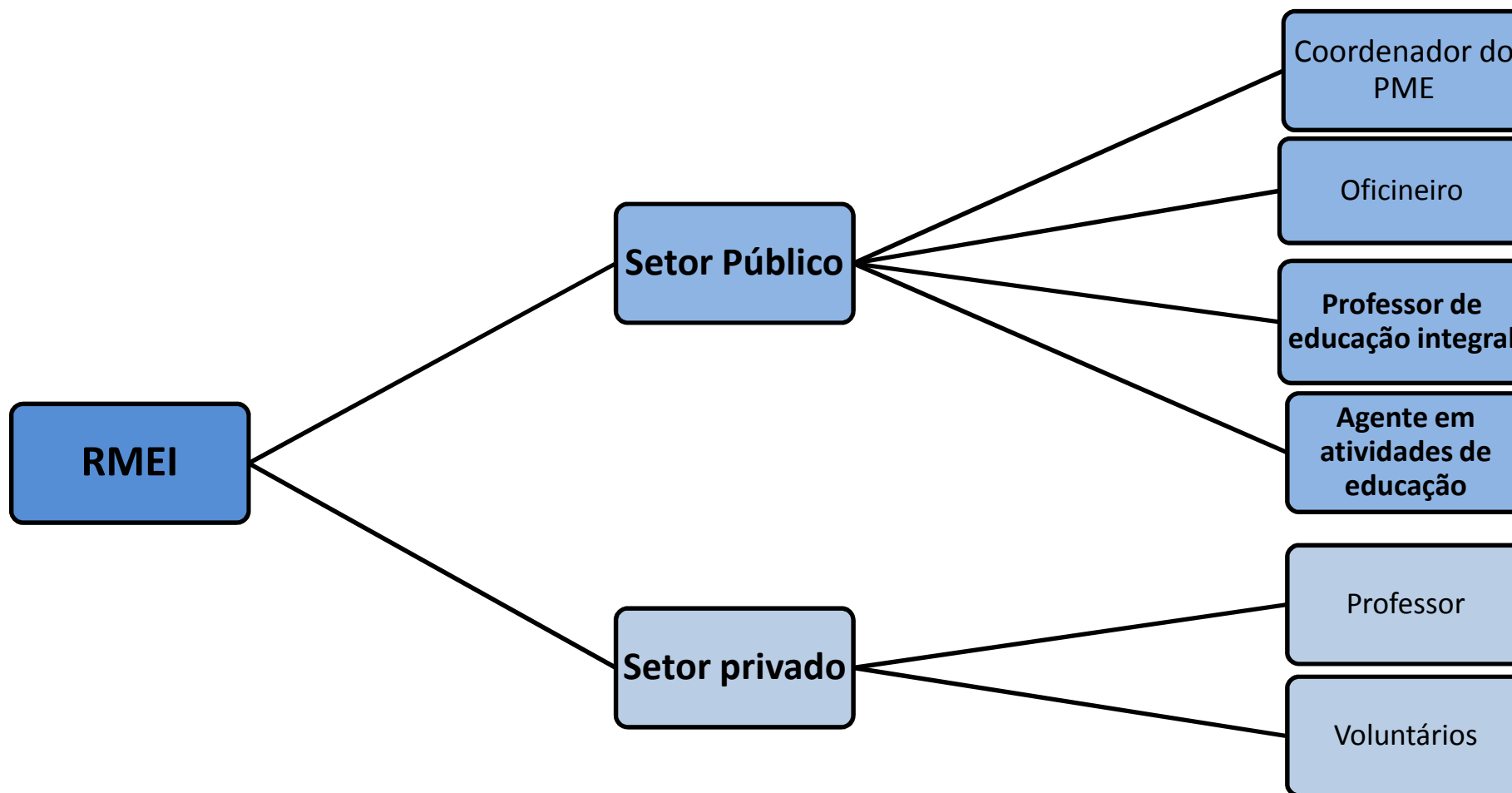
Setor Público

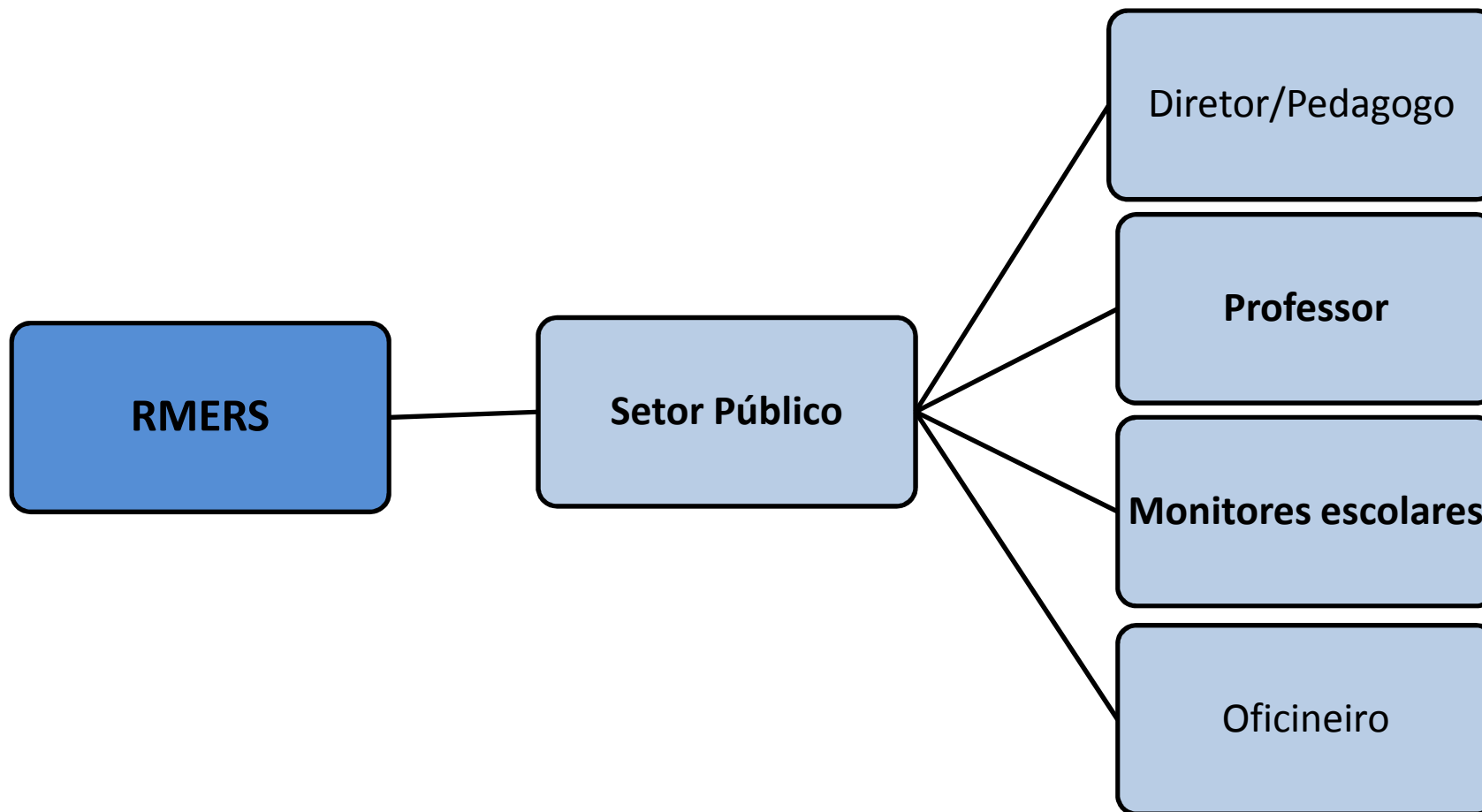
- Coordenador Pedagógico
- Professor Comunitário
- Professores
- Os oficinairos

Setor Privado

- Professores
- Voluntários







CONSTATAÇÕES

- “Dispersão” das identidades (ALLEMAND, 2014);
- Desresponsabilização governamental diante do quadro educacional (OLIVEIRA, 1995; ADRIÃO; PERONI, 2009; PERONI; OLIVEIRA e FERNANDES, 2009; DOMICIANO, 2009; ROBERTSON; VERGER, 2012);
- Estado descentralizador/centralizante (SHIROMA; CAMPOS e GARCIA, 2005; SHIROMA;EVANGELISTA, 2005; ADRIÃO; GARCIA, 2014; BALL, 2014);
- Influência do ideário neoliberal proposto por organismos internacionais multilaterais – parcerias público-privadas, gerencialismo e performatividade (SHIROMA;EVANGELISTA, 2005; BALL, 2001, 2009, 2014; THIESEN, 2015; LUNARDI MENDES, 2015; VILLAS, 2015);
- Inflexão no conceito da gestão democrática após os anos 1990.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- Embora não tivesse o objetivo de generalizar os dados obtidos nesta investigação, penso que as discussões realizadas poderão contribuir para a compreensão de processos semelhantes que estão se realizando em outras redes de ensino brasileiras.
- Evidenciei o desafio de que governos, gestores educacionais, pesquisadores, profissionais da educação e outros atores dedicados ao campo educacional precisarão envidar lutas por novos ordenamentos políticos, institucionais e jurídicos para que efetivamente a educação integral e a jornada de tempo integral no ensino fundamental possam assumir a sua potência em favor da formação integral dos estudantes e da promoção da emancipação humana, da justiça social e da democracia no Brasil.
- O Programa Mais Educação revelou-se uma importante estratégia de indução da política de jornada em tempo integral e alavanca para a promoção da educação integral, mas abriu as frestas para a entrada do setor privado no Ensino Fundamental, seguindo o modelo exógeno.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- O dinheiro foi utilizado como um lubrificante nas engrenagens de decisão para a promoção da política da jornada em tempo integral no Brasil (PEREIRA, 2010 e 2015);
- A política da jornada em tempo integral ainda está inscrita no campo das políticas de governo, portanto, ainda não consolidada como uma política de Estado no contexto da prática (CURY, 2000 E 2020; ARROYO, 2012);
- No caso das redes municipais de ensino catarinenses há um longo caminho a ser palmilhado para que a meta 6 de PNE (2014-2014) seja alcançada, estando muito aquém da média nacional já conquistada.

LIMITAÇÕES

Descompasso existente entre os dados educacionais disponíveis em órgãos oficiais como o INEP e os dados reais existentes nas redes municipais de ensino.

Desatualização dos *sites* das secretarias municipais de educação no que concerne às suas formas de organização, documentos políticos produzidos, responsáveis pelas políticas e os contatos disponíveis.

Ausência de registros mais detalhados sobre a história das respectivas redes, sendo que para captar essa historicidade, só é possível quando se recorre à memória de alguns de seus sujeitos - que são atravessadas por concepções, valores e olhares muito particularizantes

A dimensão do tempo disponível para a realização deste estudo. Essa contingência levou a um maior recorte da investigação, limitando-se a três redes municipais de ensino de diferentes regiões do estado de Santa Catarina como lugares da pesquisa e aos gestores locais da política de jornada em tempo integral como sujeitos da pesquisa.

SUGESTÕES

- Repensar as atuais formas de coleta e divulgação de dados educacionais com publicação em períodos de menor abrangência, tornando-se assim mais fidedignos para a realização de pesquisas.

- Investir em estratégias institucionais que valorizem e realizem o registro das caminhadas das respectivas redes, bem como, na atualização de seus *sites* para fortalecer a transparência na gestão política e pedagógica no setor público.

- Investir em estratégias institucionais que valorizem e realizem o registro das caminhadas das respectivas redes, bem como, na atualização de seus *sites*.

- Investigar como a política da jornada em tempo integral vem sendo traduzida no contexto da prática nas outras regiões não investigadas.
- Contemplar outros atores envolvidos no processo de tradução de políticas (atores atendidos e atores que executam).

“Um intelectual que se preze não só recorre a outras vozes para fazer pedagogia, mas também desenvolve a sua, produz uma obra e a propõe para promover e acompanhar aprendizagens. Um intelectual que só repete o que os outros disseram não cumpre seu papel educador, porque menospreza sua palavra, apesar de tê-la, apesar de suas experiências, de sua prática, de sua história pessoal, do que viveu no dia a dia com seus alunos e colegas.”

(Daniel Prieto Castillo)

Prof. Me. Vânio Cesar Seemann

Muito obrigado!

Realização:



DOCUMENTOS POLÍTICOS NACIONAIS

ANO	DOCUMENTO	ORIGEM	OBJETIVO	ABRANGÊNCIA
1988	Constituição da República Federativa do Brasil – 1988.	Brasil	Assegurar a educação como direito de todos e dever do Estado, da família e da sociedade.	Nacional
1990	Lei nº 8.069/1990, que institui o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.	Brasil	Assegurar o desenvolvimento e a proteção integral das crianças, adolescentes e jovens no Brasil.	Nacional
1996	Lei nº 9.394/1996, que institui a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB.	Brasil	Estabelecer as diretrizes e bases do sistema nacional de ensino, determinando as finalidades e as formas de organização do ensino fundamental e prevendo a progressiva ampliação da jornada escolar.	Nacional
2006	Lei nº 11.274/2006, que altera a Lei nº 9.394/1996.	Brasil	Definir a duração de nove anos para o ensino fundamental, com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade.	Nacional
2007	Lei Federal nº 11.494/2007, que institui o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb.	Brasil	Definir o tempo integral como um dos tipos de matrícula a receber ponderação financeira diferenciada para distribuição dos recursos aos sistemas educacionais públicos.	Nacional

DOCUMENTOS POLÍTICOS NACIONAIS

ANO	DOCUMENTO	ORIGEM	OBJETIVO	ABRANGÊNCIA
2007	Portaria Normativa Interministerial 17/2007, que institui o Programa Mais Educação.	Brasil	Instituir o PME, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio às atividades socioeducativas no contraturno escolar.	Nacional
2009	Gestão intersetorial no território	Brasil	Definir os marcos legais do PME, as temáticas da educação integral e da gestão intersetorial, a estrutura organizacional e operacional do PME, os projetos e programas ministeriais que o compõem e um conjunto de sugestões para procedimentos de gestão nos territórios.	Nacional
2009	Educação integral: texto referência para o debate nacional.	Brasil	Estabelecer referências teóricas e metodológicas para o debate nacional sobre a política de jornada integral.	Nacional
2009	Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral.	Brasil	Sugerir caminhos para a elaboração de propostas pedagógicas de Educação Integral e ampliação da jornada escolar por meio do diálogo entre saberes escolares e comunitários.	Nacional

DOCUMENTOS POLÍTICOS NACIONAIS

ANO	DOCUMENTO	ORIGEM	OBJETIVO	ABRANGÊNCIA
2010	Resolução CNE/CEB nº 01/2010, que institui as Diretrizes Operacionais para a implantação do ensino fundamental de nove anos.	Brasil	Regulamentar a implantação do ensino fundamental de nove anos para as crianças a partir dos 6 anos de idade.	Nacional
2010	RESOLUÇÃO CNE/CEB nº 4/2010, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.	Brasil	Estabelecer as diretrizes para organização e funcionamento da Educação Básica e, mais especificamente, do Ensino Fundamental, estabelecendo a jornada integral como igual ou superior a sete horas diárias.	Nacional
2014	Lei Federal nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (2014-2024).	Brasil	Definir os objetivos, metas e estratégias para o sistema nacional de ensino brasileiro, indicando na meta 6 o compromisso em oferecer educação em tempo integral para no mínimo 25% dos estudantes e 50% das escolas de Ensino Fundamental.	Nacional

DOCUMENTOS POLÍTICOS DA RMEF

ANO	DOCUMENTO	ORIGEM	OBJETIVO	ABRANGÊNCIA
2015	Diretrizes Curriculares para a Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Florianópolis.	Florianópolis	Estabelecer princípios, conceitos e diretrizes para o desenvolvimento da política de educação integral no âmbito da rede municipal de ensino de Florianópolis.	Municipal
2015	Lei Complementar nº 546/2015, que formaliza o Plano Municipal de Educação (2015-2025).	Florianópolis	Estabelecer as metas e estratégias para o decênio 2015-2015 no sistema municipal de ensino de Florianópolis.	Municipal

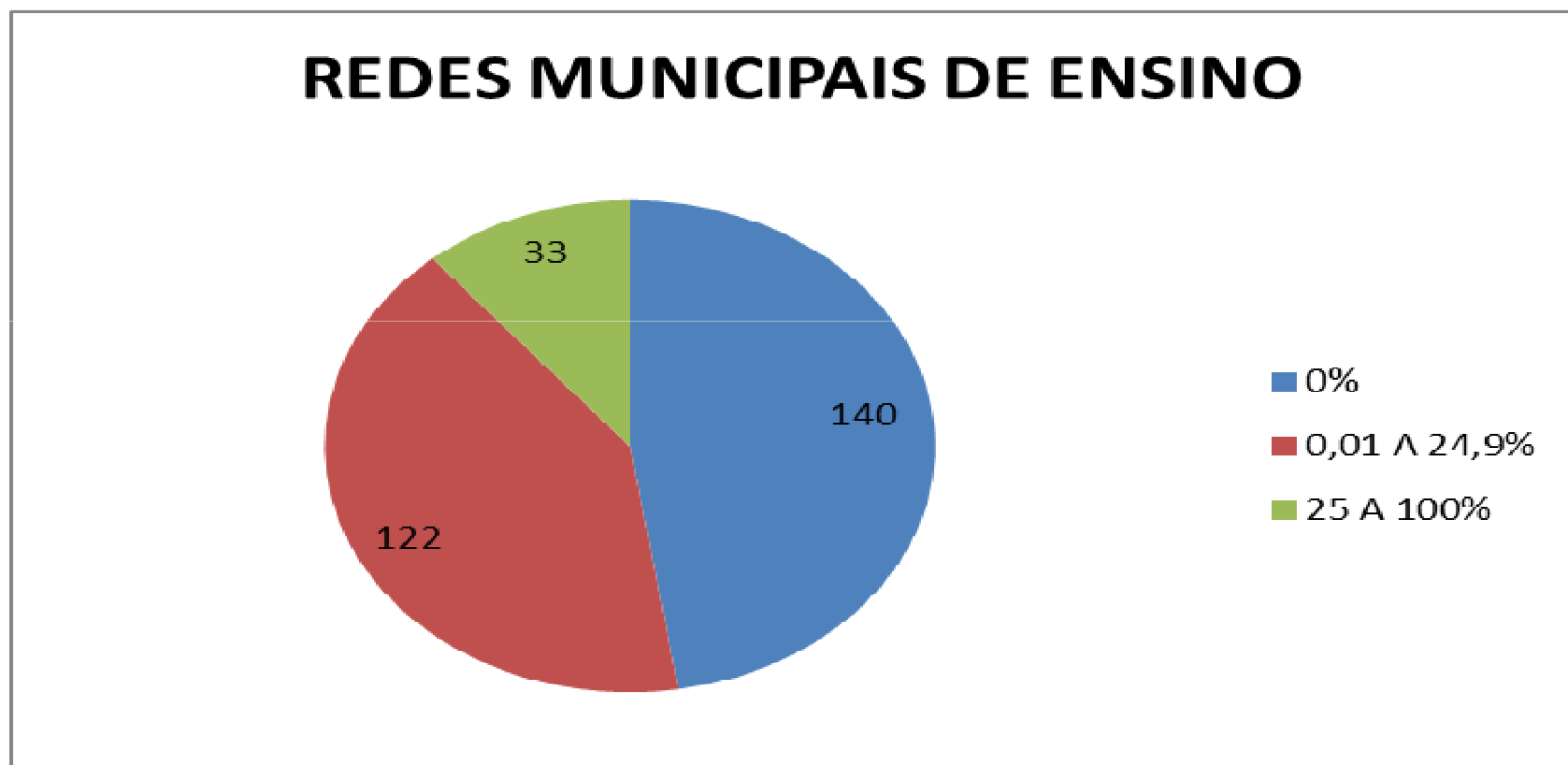
DOCUMENTOS POLÍTICOS DA RMEI

ANO	DOCUMENTO	ORIGEM	OBJETIVO	ABRANGÊNCIA
2010	Instrução Normativa PMI/CGM nº 15/2010, que disciplina a celebração de convênios ou atos análogos pelos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta.	Itajaí	Estabelecer as regras para a celebração de parcerias público-privadas, visando o atendimento de estudantes em jornada integral na rede municipal de ensino de Itajaí.	Municipal
2015	Documento norteador para a educação integral no município de Itajaí.	Itajaí	Estabelecer princípios, conceitos e diretrizes para o desenvolvimento da política de educação integral na rede municipal de ensino de Itajaí.	Municipal
2016	Tecendo juntos a rede de ensino e aprendizagem.	Itajaí	Estabelecer princípios, conceitos, diretrizes e gestão da política educacional no âmbito da rede municipal de ensino de Itajaí.	Municipal

DOCUMENTOS POLÍTICOS DA RMERS

ANO	DOCUMENTO	ORIGEM	OBJETIVO	ABRANGÊNCIA
2009	Lei nº 4.894, de 28 de julho de 2009 que institui as escolas modelo.	Rio do Sul	Criar escolas modelo de jornada integral na rede municipal de ensino de Rio do Sul.	Municipal
2010	Resolução CME nº 7/2010, que normatiza a política de educação no âmbito da rede municipal de ensino de Rio do Sul.	Rio do Sul	Definir a jornada escolar integral em sete horas diárias, no mínimo, perfazendo uma carga horária anual de pelo menos 1.400 (mil e quatrocentas) horas.	Municipal
2014	Edital SME nº 02/2014, que dispõe sobre o processo de seleção de voluntários para o Programa Mais Educação – Rio do Sul.	Rio do Sul	Dispor sobre o processo de seleção de voluntários para atuar no PME da rede municipal de Rio do Sul.	Municipal
2015	Resolução CME nº 11/2015 que dispõe sobre as matrizes curriculares nas escolas de educação integral	Rio do Sul	Estabelecer a grade curricular para as escolas-modelo que desenvolvem a política de educação integral na rede municipal de ensino de Rio do Sul.	Municipal
2015	Plano Municipal de Educação de Rio do Sul (2015-2025)	Rio do Sul	Definir na meta 6: oferta de no mínimo, a 85% (oitenta e cinco por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos estudantes da Educação Básica.	Municipal

A oferta da jornada em tempo integral nas redes municipais de ensino catarinenses - 2015



Fonte: Elaborado pelo autor (INEP/2015)

Quantidade e percentual de atendimentos dos estudantes em jornada de tempo integral no Ensino Fundamental nas redes municipais de ensino – 2015.

Anos do Ensino Fundamental	Quantidade de estudantes atendidos (SC)	Percentual de estudantes atendidos (SC)	Quantidade de estudantes atendidos (Brasil)	Percentual de estudantes atendidos (Brasil)
Anos Iniciais	36.041	13%	3.932.590	33,44%
Anos Finais	12.695	8,54%	1.123.587	31,67%
Total Geral	48.736	11,45%	5.056.177	33,03%

Fonte: Elaborador pelo autor (INEP/2015)



Quadro 14 - Valores a serem repassados para financiamento das despesas de custeio e capital segundo o número de estudantes atendidos em tempo integral

Número de estudantes	Valor em custeio (R\$)	Valor em capital (R\$)	Valor total (R\$)
Até 500	3.000,00	1.000,00	4.000,00
501 a 1.000	6.000,00	2.000,00	8.000,00
Mais de 1.000	7.000,00	2.000,00	9.000,00

Fonte: Resolução FNDE nº 40, de 16 de outubro de 2013.

VALORES REPASSADOS PARA OS OFICINEIROS

- escolas urbanas: R\$ 80,00 (oitenta reais) mensais, por turma monitorada;
- escolas rurais: R\$ 120,00 (cento e vinte reais) mensais, por turma monitorada; e
- escolas urbanas e rurais que desenvolvem atividades com estudantes entre 15 e 17 anos que ainda estejam no ensino fundamental: R\$ 80,00 (oitenta reais) mensais, por turma tutoriada.



VALORES PARA CUSTEIO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

- R\$ 0,30 (trinta centavos de real) para os alunos matriculados na pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos (EJA);
- R\$ 0,60 (sessenta centavos de real) para os alunos matriculados em creches;
- R\$ 0,60 (sessenta centavos de real) para os alunos matriculados em escolas de educação básica localizadas em áreas indígenas e em áreas remanescentes de quilombos;
- **R\$ 0,90** (noventa centavos de real) para os alunos participantes do Programa Mais Educação.



ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

- PARTE 1 – Perfil dos entrevistados (13 questões);
- PARTE 2 – Formação e participação em entidades relacionadas à educação integral (6 questões);
- PARTE 3 – Política Municipal de Educação Integral (28 questões);
- PARTE 4 – A escola Ensino Fundamental e a política de educação integral (2 questões subdivididas em 14 ítems);
- PARTE 5 – Política Nacional de Educação Integral (15 questões);
- PARTE 6 – Informações adicionais.

